

Agenda21local

Município de
Idanha-a-Nova

Planos de Acção



Maio 2008

ipi

Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.
Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid Maastricht

Índice

Introdução -----	3
Plano de acção N° 01 – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local -----	6
Plano de acção N° 02 – Construir uma estratégia de comunicação -----	16
1º Objectivo Operacional	
Promover a conservação da natureza e a ecoeficiência -----	23
Plano de acção N° 03 – Integrar o ambiente na gestão autárquica -----	24
Plano de acção N° 04 – Envolver a comunidade na conservação do património natural-----	28
Plano de acção N° 05 – Fomentar o uso eficiente da água-----	33
Plano de acção N° 06 – Promover o uso responsável da energia-----	37
2º Objectivo Operacional	
Promover as actividades económicas -----	41
Plano de acção N° 07 – Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas-----	42
Plano de acção N° 08 – Reorientar a actividade agrícola, silvícola e a produção animal-----	48
3º Objectivo Operacional	
Diferenciar o Município -----	53
Plano de acção N° 09 – Promover um turismo integrado -----	54

Índice

Plano de acção N° 10 – Valorizar a cultura e o ambiente urbano ----- 60

Plano de acção N° 11 – Promover e integrar redes e parcerias ----- 64

4° Objectivo Operacional

Promover a Coesão Social e Territorial ----- 69

Plano de acção N° 12 – Apoiar as dinâmicas populacionais ----- 70

Plano de acção N° 13 – Estimular o sentimento de pertença à comunidade----- 74

1

Agenda **21** Local
Município de
Idanha-a-Nova



INTRODUÇÃO

ipi

Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

Introdução

O conjunto de planos de acção, não exaustivo, que se propõe visa concretizar os objectivos operacionais, no quadro da Visão enunciada para o Município de Idanha-a-Nova.

Os planos de acção são sequenciais à priorização de necessidades de intervenção e integram um conjunto de projectos conexos que pretendem constituir a componente operacional do processo de implementação da Agenda 21 Local de Idanha-a-Nova¹.

O desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à qualidade de vida, consubstanciada na qualidade do ambiente, na melhoria das condições de vida e no aumento do nível de vida da comunidade envolvida e na qualificação dos recursos humanos. Assim, os planos de acção devem ser amplamente debatidos no Fórum de Desenvolvimento Sustentável, para que espelhem, o mais possível, as necessidades e vontades dos munícipes.

O acompanhamento e monitorização destes planos de acção, através do conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável criados para o efeito, têm por base o princípio de melhoria contínua aplicado à estratégia de desenvolvimento sustentável do Município de Idanha-a-Nova. Sempre que necessário devem ser reajustados de modo a integrar novas situações, incorporar sucessos e corrigir os insucessos verificados.

Mas, será inútil acompanhar a concretização dos planos de acção se for para constatar, de cada vez, que o declínio económico e demográfico do Concelho prossegue. Isto sucederá, necessariamente, se as linhas de acção propostas nos planos não forem apropriadas pelos agentes económicos, sociais e culturais, ou seja,

¹ Em Outubro de 2006 (data da conclusão da 1ª etapa da Agenda 21 Local), a proposta de planos de acção enunciada estava apenas apoiada no retrato económico, social e do conhecimento e inovação do Município. Encontrava-se, assim, estruturada em torno de objectivos operacionais que agregavam a realidade local de forma parcial e incompleta.

Com a conclusão do processo de implementação da Agenda 21, abrangendo o pilar fundamental Ambiente, a Visão e os Objectivos Operacionais foram reflectidos e reestruturados em conformidade. Em consequência também os Planos de Acção sofreram alterações, tendo em conta o diagnóstico global do Município.

Introdução

por todos os cidadãos do concelho, no sentido de se comprometerem com a sua execução.

Deste modo, a participação activa da comunidade implica: estruturar a implementação da Agenda 21 Local aproveitando o “Know-how” adquirido e informar para dar a conhecer. Em ambos os casos é necessária uma estratégia de comunicação constante - factor crítico de sucesso. Assim sendo, dissociamos os dois primeiros Planos de Acção de qualquer Objectivo Operacional, por serem, no nosso entendimento, constantes e transversais a todo o processo de implementação da Agenda 21 Local.

Os restantes planos de acção estão agregados em função dos objectivos operacionais que foram definidos.

Os planos de acção têm a seguinte sistematização:

- Objectivos gerais do Plano de Acção;
- Linhas de acção para a concretização do Plano de Acção;
- Indicadores de desenvolvimento que lhes estão associados;
- Principais intervenientes na sua concretização.

2

Agenda **21** Local
Município de
Idanha-a-Nova



PLANOS DE ACÇÃO



Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

Introdução

Objectivo Operacional	Planos de Acção		
Promover a Conservação da Natureza e a Ecoeficiência	PA01 – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local	PA03 – Integração do ambiente na gestão autárquica	
Promover as actividades económicas		PA04 – Envolver a comunidade na conservação do património natural	
Diferenciar o Município		PA05 – Fomentar o uso eficiente da água	
Promover a coesão social e territorial		PA06 – Promover o uso responsável da energia	
		PA07 – Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas	
		PA08 – Reorientar a actividade agrícola, silvícola e a produção animal	
		PA09 – Promover um turismo integrado	
		PA10 – Valorizar a cultura e o ambiente urbano	
		PA11 – Promover e integrar redes e parcerias	
		PA12 – Apoiar as dinâmicas populacionais	
		PA13 – Estimular o sentimento de pertença à comunidade	
		PA02 – Construir uma estratégia de comunicação	

Plano de Acção N° 01

Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

1. Objectivos gerais

A filosofia da Agenda 21 Local pressupõe o envolvimento activo de toda a comunidade. O sucesso da implementação do programa de desenvolvimento sustentável depende da sua estruturação e organização, para que todos os intervenientes conheçam o seu papel, as suas funções e responsabilidades. A operacionalização das etapas de implementação da Agenda 21 Local conduz a um maior empenhamento das pessoas envolvidas tornando-a, conseqüentemente, mais eficaz e deste modo interiorizada pela restante comunidade.

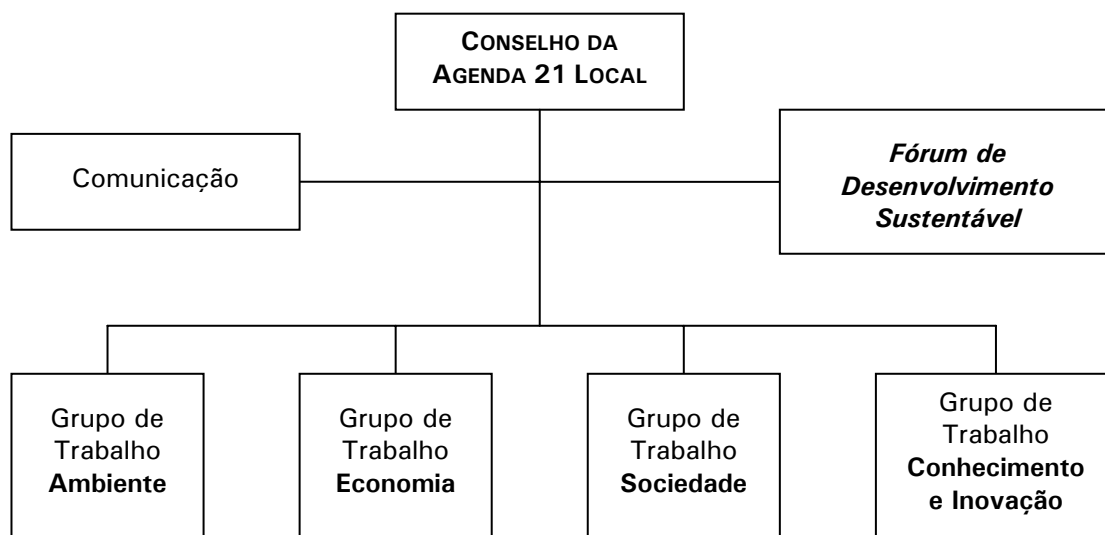
Pensar uma estrutura de forma sistemática para que seja eficaz e eficiente implica algum grau de simplificação, pelo que se sugere uma orgânica com poucos níveis. É importante que cada cidadão possa entender quem são os interlocutores, com quem pode contar e colaborar.

Pela determinante importância da criação desta estrutura é fundamental que todo o processo de implementação comece por este plano de acção, para que, interna e externamente, seja transmitida solidez, consistência e confiança no processo. A sua divulgação permite dar a conhecer o rosto mobilizador da Agenda 21 Local e abre as portas para a efectiva participação da comunidade.

2. Linhas de acção

- Estruturar o programa da Agenda 21 Local através de:
 - Definição da estrutura organizacional (organigrama) do programa da Agenda 21 Local;
 - Determinação da composição de cada uma das estruturas constituintes do organigrama;
 - Enunciação das funções e responsabilidades de cada uma das estruturas criadas;
 - Calendarização das actividades a desenvolver ao longo do programa e estabelecimento de objectivos e metas a atingir.
- Divulgar esta estrutura pelos meios de comunicação privilegiados do Município, para maximizar o conhecimento local sobre a Agenda 21 Local e para facilitar a mobilização de outros agentes nas acções de implementação.

A título exemplificativo, apresenta-se o seguinte organigrama para o programa da Agenda 21 Local.



Para que esta estrutura funcione bem é necessário ter em conta os seguintes pressupostos:

- O estabelecimento de uma estrutura leve facilita todo o processo de implementação;
 - O Conselho da Agenda 21 Local é a entidade máxima do programa, sendo constituída por elementos pertencentes à Câmara Municipal, representantes dos grupos de trabalho, representante do Fórum de Desenvolvimento Sustentável (quando constituído) e do núcleo de comunicação;
 - A comunicação é um factor transversal ao programa da Agenda 21 Local e determinante para a sua promoção e sucesso, pelo que deve ter um núcleo específico (para além dos grupos de trabalho);
 - O Fórum de Desenvolvimento Sustentável é fundamental para a eficiente implementação do programa da Agenda 21 Local, pelo que a sua constituição deve ser representativa da sociedade que a figura;
 - Cada grupo de trabalho (Ambiente, Economia, Sociedade e Conhecimento e Inovação) deve ser constituído por um número reduzido de cidadãos. No entanto, deve reunir toda a massa crítica existente no concelho relacionada com o tema de trabalho (entidades, organizações e/ou cidadãos);
 - A constituição e coordenação de cada grupo de trabalho, bem como do núcleo de comunicação, deve ter em conta o *know-how*, do corpo de técnicos da Câmara Municipal, adquirido através das acções de formação recebidas no âmbito da elaboração da Agenda 21 Local (são as pessoas mais habilitadas a dar início à implementação do processo).
- Mobilizar os diferentes agentes e intervenientes locais na sua área de actuação, através de cada grupo de trabalho, para dar início e continuidade à constituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável.

□ Constituir o Fórum de Desenvolvimento Sustentável, como instância principal da participação da comunidade no processo de implementação da Agenda 21 Local, com as seguintes fases:

■ Criação do Fórum, tendo em conta que:

- ◆ O comprometimento de todos os intervenientes deve ser efectivo;
- ◆ A constituição tem uma forma autónoma, espontânea e voluntária;
- ◆ A sua caracterização - completamente independente das autoridades públicas locais, admitindo-se que na fase inicial de arranque a autarquia possa dar um impulso para a sua criação, providenciando: meios humanos, instalações, serviços (correio, secretariado), informação (meios de a produzir e divulgar), suporte financeiro...;

◆ O Fórum é:

- independente (não depende directamente de qualquer entidade ou instituição);
- autónomo (contribui directamente com sugestões);
- consultivo (não toma decisões);
- universal (todos podem participar);
- voluntário (a participação e o trabalho).

■ Definição de objectivos de forma clara e sem ambiguidades, para que se saiba o que se discute e o que se pretende, devendo ser aprovados formalmente na primeira reunião plenária do Fórum. Trata-se de um mecanismo e de um espaço de envolvimento de toda a comunidade local, no qual:

- ◆ sejam expostas todas as necessidades e aspirações;
- ◆ sejam discutidas as prioridades de desenvolvimento;

Plano Acção Nº 01 – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

- ◆ sejam discutidas as propostas concretas que contribuam para a Agenda 21;
 - ◆ seja promovida uma cooperação aos mais diversos níveis;
 - ◆ seja acompanhada a evolução da Agenda 21, o que será mais proveitoso se o Fórum for envolvido desde o início da sua implementação.
- Composição e constituição, que deve envolver todos os cidadãos individualmente ou enquanto organizações ou agrupamentos existentes, abrangendo todos os sectores, tendo em atenção que:
- ◆ É necessário seleccionar os membros a convidar;
 - ◆ Não se deve limitar ou impedir qualquer participação;
 - ◆ Numa primeira abordagem deverão ser todos convidados, para se ter uma ideia de “dimensão” (todos os cidadãos e todos os grupos representativos da comunidade local);
 - ◆ Numa segunda fase ter-se-á que escolher os membros em função da sua representatividade em relação aos diversos grupos de interesse e sectores constituídos;
 - ◆ A partir daí, a composição do Fórum poderá basear-se em representantes de grupos que envolvam todos os sectores da sociedade.

Composição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável

Grupos	Especificações
Instituições	Autarquia (corpos dirigentes); Assembleia Municipal; Juntas de Freguesia; Forças de segurança e de protecção civil.

Composição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável (continuação)

População Local	Grupos de cidadãos residentes ou naturais; Grupos específicos (jovens, mulheres, reformados, minorias, etc).
Agentes Económicos	Empresários; Proprietários Rurais; Associações de Empresários / Comerciantes / Industriais; Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico.
Agentes Sociais	Grupos Culturais; Grupos Recreativos; Clubes Desportivos; Escolas; Associações locais; I.P.S.S. (Misericórdias);
Interesses ligados ao Ambiente	Empresas de gestão de recursos ambientais; Instituto de Ambiente; Institutos de Investigação Científica; Associações de Protecção da Natureza e do Consumidor; Associações Não Governamentais de Ambiente (ONGA's).

- Dinamizar o Fórum de Desenvolvimento Sustentável desde o início do processo de implementação da Agenda 21 Local. A autarquia pode assumir a função de dinamização e deve constituir uma comissão organizadora, com participação plurifacetada, e propor a realização da primeira reunião plenária, sugerindo data, local e agenda.
- Estruturar a agenda de trabalhos da primeira reunião tendo em conta:
 - forma como se elege o presidente do Fórum, qual o seu perfil e as suas características fundamentais;

- definição do mandato e das competências do presidente;
 - regras de aceitação de todas as candidaturas voluntárias a presidente do Fórum;
 - definição e aprovação dos objectivos concretos do Fórum;
 - definição da composição do Fórum (quem deve participar e em que condições de representatividade);
 - elaboração de um regulamento - os Estatutos - o qual será aprovado pelo plenário;
 - possibilidade de realização de sessões subsequentes, por impossibilidade de organizar, discutir e aprovar tudo o que foi apontado e que se considera o mínimo desejável, numa primeira sessão;
 - preparação conveniente de todo o trabalho, por exemplo, elaborando as primeiras versões dos documentos, e prevendo várias reuniões “plenárias” se forem necessárias.
- Elaborar o regulamento e estatutos de funcionamento do Fórum de Desenvolvimento Sustentável, contemplando:
- a forma de trabalhar;
 - quais as tarefas;
 - como se desenvolvem as reuniões;
 - como se convocam, qual a periodicidade;
 - qual o conteúdo das deliberações (decisões, recomendações, pareceres, etc.);
 - constituição de grupos de trabalho específicos (porquê, para quê, mandato, composição);
 - quais as condições de representatividade de um membro;

- como se poderá convidar ou aceitar um novo membro;
 - como chegar a consensos para votações importantes;
 - como manter isenção e neutralidade em cada assunto;
 - como colaborar com outras entidades (p.e.: Autarquia) e como cooperar para além do concelho;
 - como se dinamiza e divulga o Fórum e a Agenda 21;
 - quais os papéis dos diversos actores e participantes;
 - como funciona a organização administrativa, o secretariado e a logística (espaços e meios materiais, bem como elaboração de actas e arquivo).
- Realizar sessões do Fórum de Desenvolvimento Sustentável temáticas, de modo a que cada sessão tenha objectivos e participantes específicos, e conclusões e acções direccionadas. Assim, sugere-se:
- a realização, numa fase inicial, de uma sessão do Fórum por Objectivo Operacional, com a finalidade de dar a conhecer os fundamentos desse objectivo e os planos de acção que o sustentam;
 - a realização de sessões subsequentes do Fórum por Plano de Acção (um número de sessões necessárias por plano), com o objectivo de mobilizar os agentes e realizar as acções propostas nesse plano.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IS Nº 04 – Participação dos cidadãos em acções de execução da Agenda 21 Local;

ICI Nº 03 – Acções de informação e esclarecimento;

ICI Nº 04 – Participação pública em acções de informação e esclarecimento.

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- ✧ Juntas de Freguesia;
- ✧ Grupos de cidadãos residentes ou naturais;
- ✧ Grupos específicos (jovens, mulheres, reformados, minorias, etc);
- ✧ Formandos da Agenda 21 Local;
- ✧ Empresários;
- ✧ Proprietários Rurais;
- ✧ Associações de Empresários / Comerciantes / Industriais;
- ✧ Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico;
- ✧ Grupos Culturais;
- ✧ Grupos Recreativos;
- ✧ Clubes Desportivos;
- ✧ Associações culturais, recreativas e desportivas do Município;
- ✧ Estabelecimentos de ensino e formação profissional;
- ✧ Escolas;
- ✧ Associações locais;
- ✧ Instituições Privadas de Solidariedade Social (I.P.S.S.) e Misericórdias;
- ✧ Empresas de gestão de recursos ambientais;
- ✧ Instituto do Ambiente;
- ✧ Institutos de Investigação Científica;
- ✧ Associações de Protecção da Natureza e do Consumidor;

- ✧ Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA's).
- ✧ Organizações Não Governamentais (ONG's);
- ✧ Forças de segurança e de protecção civil;
- ✧ Outros grupos de interesse.

Plano de Acção N° 02

Construir uma estratégia de comunicação

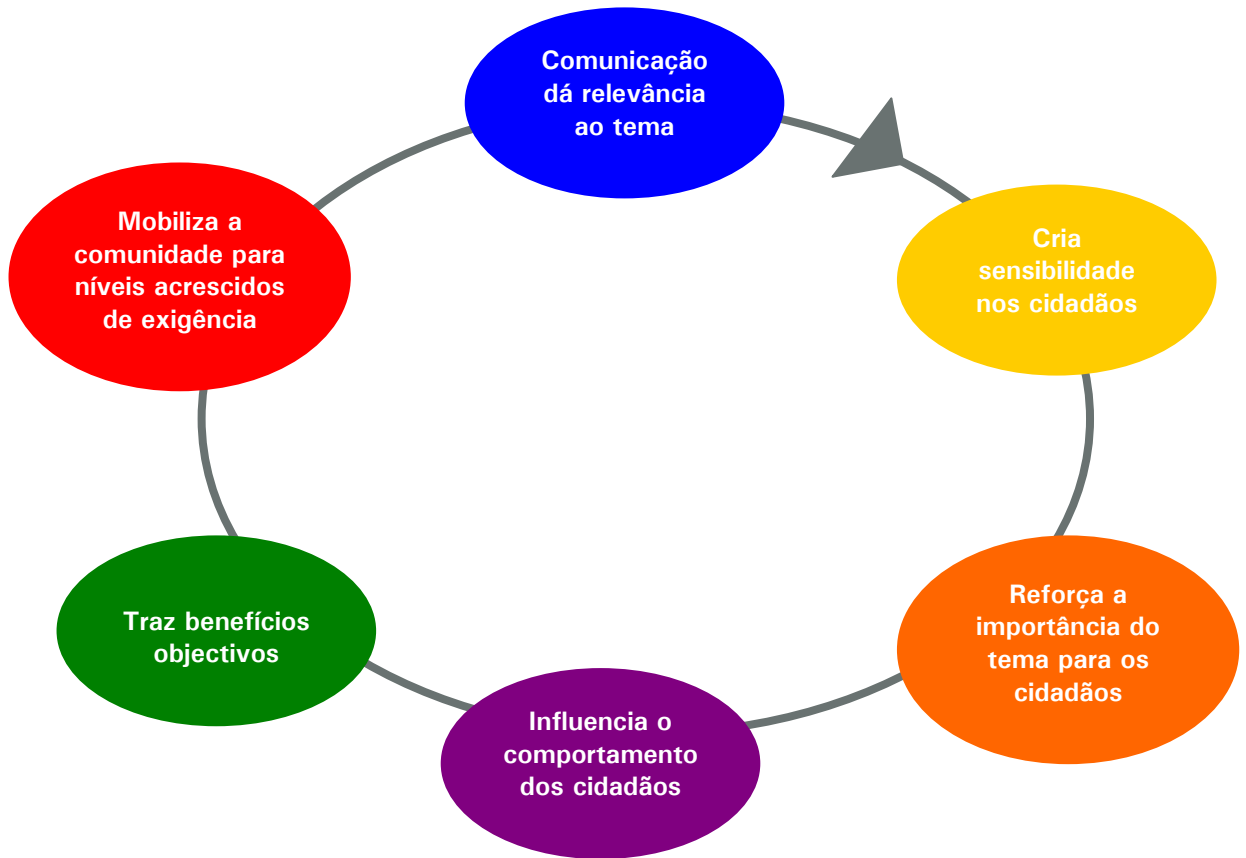
1. Objectivos gerais

O envolvimento da comunidade depende da capacidade de entendimento, da percepção e da apropriação de todo o processo como sendo seu: “de e para a comunidade”. A valorização dos 4 pilares do desenvolvimento sustentável (ambiente, economia, sociedade e conhecimento e inovação) obriga a que se comunique sobre eles. A apropriação pela comunidade dos objectivos e metas do programa local de gestão do desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local, através de uma forte e eficaz comunicação, torna mais fácil a mobilização dos diferentes intervenientes para as actividades.

A comunicação, ocupando um papel central na mobilização, diálogo, transparência e partilha da informação, é um factor crítico de sucesso do programa da Agenda 21 Local. A estratégia de comunicação, abrangendo a informação e a formação, é transversal a todo o processo de construção do programa local de gestão do desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local, e é por isso indispensável à efectiva mobilização da comunidade para a implementação daquele programa.

A estratégia de comunicação a elaborar deve: despertar consciências para os recursos e problemas da comunidade; divulgar conceitos e acções de desenvolvimento sustentável; desenvolver relações de confiança entre intervenientes (públicos e privados) permitindo antecipar conflitos, criar consensos e promover mudanças comportamentais mais sustentáveis.

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO



Uma boa comunicação sobre a Agenda 21 Local de Idanha-a-Nova terá como externalidade a imagem de que o Município poderá ser um “destino” multifacetado e multi-funcional para: população residente ou presente (ainda que temporariamente), empresários de actividades produtivas de todas as áreas, prestadores de serviços e respectivos clientes (com especial enfoque nas ofertas turísticas e nas infra-estruturas das tecnologias de comunicação), produtores agrícolas, silvícolas e de produtos agro-alimentares de qualidade, criadores de animais... aumentando a visibilidade do Município no exterior.

A continuidade da comunicação terá ainda como externalidade adicional o facto de ser o meio privilegiado de mobilização da comunidade para a participação nas sessões

Plano Acção Nº 02 – Construir uma estratégia de comunicação

plenárias organizadas pelo Fórum de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito das quais a sua opinião é ouvida e incorporada, e que é a essência da Agenda 21 Local.

2. Linhas de acção

- Elaborar uma estratégia de comunicação que:
 - Intervenha no quotidiano e nos comportamentos das pessoas;
 - Divulgue, informe e forme consciências dos públicos-alvo da comunicação;
 - Promova a cooperação entre intervenientes, fomentando relações de confiança, construindo consensos, criando níveis de identificação com os resultados do programa da Agenda 21 Local.

- Identificar os actores-chave a participar na implementação da Agenda 21 Local, tendo em conta:
 - Todos os grupos de interesse contando com diferentes: níveis etários, actividades profissionais, actividades não profissionais (estudantes, reformados, domésticos), empresários, associações (qualquer que seja o seu objecto de intervenção), bem como todas as entidades sem fins lucrativos;
 - Para cada actor-chave, qual o seu poder, legitimidade, influência, área de actuação...
 - Expectativas e necessidades de cada grupo.

- Elaborar um plano de comunicação coerente com os princípios da sustentabilidade e que obedeça aos seguintes princípios: verificabilidade, abrangência, relevância, exactidão, imparcialidade, comparabilidade, clareza e periodicidade.

- Criar um plano de comunicação sob a forma de fichas de trabalho identificando:
 - Público-Alvo, onde se devem incluir todos os actores chave identificados:
 - ◆ Elementos da estrutura definida no Plano de Acção Nº 01;

Plano Acção Nº 02 – Construir uma estratégia de comunicação

- ◆ Toda a restante comunidade;
- ◆ Outros elementos externos à comunidade, de âmbito regional nacional ou internacional;
- Objectivo da comunicação, tendo em conta o conhecimento da comunidade e dos interlocutores das mensagens:
 - ◆ as mensagens devem ser perceptíveis, ajustando a linguagem técnica a cada tipo de receptores alvo;
 - ◆ as mensagens devem ser construídas em função da informação relevante para cada audiência (perceber o que é interessante e relevante para ela, e não dizer-lhe aquilo que se pensa que ela deva saber);
 - ◆ o formato pelo qual a informação vai ser transmitida deve ser escolhido em função dos receptores (relatórios para especialistas, brochuras para o cidadão em geral, pequenos objectos para crianças...);
 - ◆ as mensagens devem ser curtas, oferecendo informação mais detalhada apenas a quem a solicitar;
 - ◆ as mensagens devem ser suportadas num pacote alargado de formas e canais de comunicação e em opções simples e criativas.
- Formas de comunicação, que podem abranger:
 - ◆ comunicações internas (entre as diferentes equipas e a comunidade);
 - ◆ Internet (através de sites institucionais ou sites especificamente criados para este efeito);
 - ◆ meios de comunicação social (artigos na imprensa local e regional, spots publicitários, outdoors...);
 - ◆ suportes tradicionais (folhetos e brochuras...);
 - ◆ relatórios de acompanhamento;

- ◆ outros meios criativos e inovadores...
 - Canais de comunicação, em função das características da comunidade:
 - ◆ comunidades escolares e/ou grupos de alunos;
 - ◆ linha de atendimento ao cidadão, grupos de interesse e comunidade;
 - ◆ questionários de sugestão, satisfação e avaliação (todos os actores-chave);
 - ◆ fórum na Internet;
 - ◆ participação em grupos de trabalho, comités ou sessões públicas que reúnam diversas partes interessadas;
 - Periodicidade e prazos definidos em função dos objectivos, do público-alvo, das formas de comunicação e dos canais utilizados de modo a ser eficaz, não descurando a relação crucial custo-eficiência;
 - Avaliação contínua dos objectivos das acções de comunicação efectuadas.
- Mobilizar a comunidade para o programa local de gestão do desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local, dando a conhecer os seus objectivos e o conjunto de princípios entendidos como a sua base de referência, bem como promovendo a informação e formação para a sustentabilidade.
- Lançar as primeiras bases para a constituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável, através do envolvimento de todas as organizações ou agrupamentos existentes, de forma a representar os cidadãos individualmente considerados, abrangendo todos os sectores da sociedade e usando o princípio da representatividade para os diferentes grupos de interesse.
- Mobilizar o núcleo de comunicação (referido no organigrama do Plano de Acção Nº 01) para ser o elo de ligação durante o acompanhamento dos trabalhos, ouvindo as partes interessadas, respondendo e comunicando sobre as actividades e dúvidas do programa em implementação.

Plano Acção Nº 02 – Construir uma estratégia de comunicação

- Mobilizar a equipa que recebeu formação no âmbito do projecto da Agenda 21 para a criação do plano de comunicação (tirando partido da diversidade das competências de cada um dos formandos) e outros técnicos com experiência na área da comunicação com o exterior.
- Criar laços de ligação a instituições locais (empresas e ONG's) que se associem nestas iniciativas de comunicação e divulgação, tornando-os nos primeiros participantes externos (à autarquia local) na Agenda 21, quer como impulsionadores (servindo de exemplos para outros participantes), quer como membros patrocinadores.
- Aproveitar os meios de divulgação do Município actualmente utilizados (com especial enfoque nas tecnologias da comunicação) para a divulgação mais recorrente do processo da Agenda 21 Local:
 - No Site institucional da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova criar pequenas notícias e/ou pequenos trechos informativos e formativos relacionados com conceitos de desenvolvimento sustentável e com a Agenda 21 Local na "home page"; criar alguns "pop-ups" com conteúdos relacionados; acrescentar links relacionados com os temas do desenvolvimento sustentável;
 - Publicidade nas brochuras culturais;
 - Publicidade no boletim municipal;
 - Publicidade na agenda cultural Adufe.
- Tirar partido das ligações privilegiadas com a imprensa local e regional para divulgação de todas as actividades efectuadas.
- Aproveitar a experiência decorrente da montagem desta estratégia de comunicação para pensar e criar outros planos de comunicação para divulgar o Município noutras áreas, como por exemplo a atracção de novas actividades económicas, divulgação turística e cultural...

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE Nº 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

IS Nº 04 – Participação dos cidadãos em acções de execução da Agenda 21 Local;

ICI Nº 03 – Acções de informação e esclarecimento;

ICI Nº 04 – Participação pública em acções de informação e esclarecimento.

4. Principais intervenientes

- ✎ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- ✎ Juntas de Freguesia;
- ✎ Formandos da Agenda 21 Local;
- ✎ Empresas de ramos de actividade ligados à comunicação e imagem;
- ✎ Organizações Não Governamentais;
- ✎ Associações locais;
- ✎ Associações de defesa do ambiente;
- ✎ Órgãos de comunicação social locais e regionais;
- ✎ Escolas e agrupamentos de escolas;
- ✎ Associações culturais, recreativas e desportivas do Município;
- ✎ Forças de segurança (P.S.P. e G.N.R.) e de protecção civil (Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova)
- ✎ Patrocinadores de qualquer área de actividade.

1º Objectivo Operacional	
Promover a conservação da natureza e a ecoeficiência	
Planos de Acção	
PA03	Integrar o ambiente na gestão autárquica
PA04	Envolver a comunidade na conservação do património natural
PA05	Fomentar o uso eficiente da água
PA06	Promover o uso responsável da energia

Plano de Acção Nº 03

Integrar o ambiente na gestão autárquica

1. Objectivos gerais

Um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é um instrumento de gestão, com o objectivo de reduzir e/ou eliminar os impactes resultantes da actividade de uma organização, integrando o ambiente na estratégia da organização.

Os SGA permitem a integração do ambiente no dia-a-dia das organizações, de uma forma transversal em todas as operações diárias, envolvendo todos os funcionários e não apenas o departamento de ambiente.

As organizações deverão implementar práticas e procedimentos de gestão ambiental que permitam o conhecimento dos impactes causados, a disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros para a sua minimização e controlo, bem como uma forma eficiente de manter e rever o seu desempenho ambiental de forma contínua.

No seu papel de autoridade mais próxima da população, as autarquias desempenham uma função importantíssima na educação e mobilização da cidadania em prol do desenvolvimento sustentável. E, num cenário ideal, as autarquias deveriam constituir os modelos de referência para as suas comunidades, muitas vezes, pouco preparadas para responder à complexidade dos problemas ambientais.

As autarquias que já implementaram um SGA têm uma melhor capacidade de partilhar conhecimentos e resultados, com os vários actores, privados e públicos. Para além disso, a aplicação de um SGA numa autarquia tem como benefícios, as mais valias na gestão, apoio à tomada de decisão, e na qualidade de vida, para além da comunicação para o desenvolvimento sustentável.

Como ferramenta de gestão, o SGA permite estabelecer uma política ambiental adequada à sua própria realidade da organização, potenciando:

Plano Acção Nº 03 – Integrar o ambiente na gestão autárquica

- Cumprimento de Responsabilidades no âmbito do Desenvolvimento Sustentável;
- Optimização da Gestão, identificando oportunidades de melhoria de eficiência reduzindo custos;
- Melhoria da Imagem Pública e das relações com os Stakeholders;
- Colocação das Autarquias como agentes Leaders e inovadores.

A implementação e certificação de um Sistema de Gestão Ambiental pode seguir determinados referenciais, sendo os mais usuais o da Norma EN ISO14001 que define as orientações estratégicas para implementar um sistema de gestão ambiental e o EMAS II (Sistema Comunitário de Eco-gestão e Auditoria), dirigido às organizações que pretendam avaliar e melhorar os seus comportamentos ambientais e informar o público e outras partes interessadas a respeito do seu desempenho e intenções ao nível do ambiente, não se limitando ao cumprimento da legislação ambiental nacional e comunitária existente.

2. Linhas de acção

- Definir e Implementar uma Política Ambiental na Autarquia;
 - Definição de objectivos e metas que a Autarquia se propõe atingir;
 - Definição de medidas ambientais por área de intervenção, e respectivos Responsáveis, Prazos de execução e Meios associados;
 - ◆ água: monitorização do consumo e utilização racional;
 - ◆ resíduos: redução da produção de resíduos, maximizar a separação de resíduos recicláveis, dar um destino final adequado aos resíduos de acordo com o tipo;
 - ◆ energia: sensibilizar os funcionários para o uso racional e eficiente da energia;

Plano Acção Nº 03 – Integrar o ambiente na gestão autárquica

- ◆ compras públicas ecológicas: inclusão de critérios ambientais no processo de contratação pública de aquisição de bens, prestação de serviços e empreitadas (Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007 de 7 de Maio sobre a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas);
- Criação de um sistema de monitorização para aferir o desempenho do sistema, rever e actualizar periodicamente os objectivos;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização e formação para os funcionários, em áreas de interesse para a efectiva implementação do sistema, através de plataformas de e-learning.
- Criar parcerias com entidades do município e inter-municipais em projectos de promoção da sustentabilidade, com o objectivo de trocar experiências, e maximizar benefícios:
 - Identificação e difusão de boas práticas desenvolvidas no concelho que podem constituir referências, quer dentro do concelho quer fora deste: (ex: Boom Festival, Quinta do Trevo, Herdade da Poupa);
 - Incentivar projectos e iniciativas criativas pró-sustentabilidade;
 - Adesão a redes de promoção do desenvolvimento sustentável (ex: rede das Cidades Saudáveis).
- Criar um sistema interno de informação, periodicamente actualizada sobre:
 - Compromissos internacionais na área da sustentabilidade;
 - Iniciativas voluntárias e Projectos inovadores.
- Desenvolver uma estratégia de Comunicação Interna e Externa:
 - Divulgar interna e externamente a Política Ambiental e objectivos;
 - Divulgar periodicamente os resultados obtidos;

- Desenvolver um sistema de resposta otimizado a questões nesta temática, colocadas pelos munícipes.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IA N° 01 - Consumo de água

IA N° 03 - Consumo de energia nos edifícios e veículos da autarquia

IA N° 06 - Produção de resíduos

IA N° 08 - N° de parcerias para a sustentabilidade

4. Principais intervenientes

- ✧ Equipa responsável pela Implementação do SGA
- ✧ Funcionários da Câmara Municipal
- ✧ Meios de Comunicação Social Locais

Plano de Acção N° 04

Envolver a comunidade na conservação do património natural

1. Objectivos gerais

A presença humana, com os modelos actuais de desenvolvimento, é geradora de uma tal pressão na natureza e nas suas funções, que a capacidade dos ecossistemas assegurarem o futuro das gerações vindouras deixou de ser considerada como garantida.

Quando vivemos em cidades, em apartamentos e escritórios, por vezes torna-se remota a nossa relação e dependência com a natureza, mas quando visitamos locais com uma natureza intacta, como é o caso da paisagem oferecida em algumas zonas do Concelho de Idanha, lembramo-nos da nossa condição e do lugar que ocupamos neste sistema.

A paisagem, a biodiversidade e o património geológico são as riquezas que o Concelho de Idanha tem para oferecer aos seus habitantes e aos seus visitantes. A possibilidade de experiências de contacto com a natureza é um factor fundamental na qualidade de vida e desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. A riqueza destas experiências, pode ser estruturante na criação dos seus valores éticos e sociais. É por isso, fundamental apostar no aumento da proximidade do homem à natureza, procurando melhorar o estado de conservação desta e aumentando as possibilidades de experiências.

Estudos como o Millenium Ecosystem Asssessment verificaram que dois terços dos ecossistemas do planeta estão na actualidade, a ser degradados ou utilizados de forma insustentável. Para tal, contribuem factores de pressão determinantes, a nível mundial: o crescimento da população e o consumo crescente *per capita*. Mas outros

factores igualmente importantes, e com uma escala também local, incluem a incapacidade da economia convencional para reconhecer os valores económicos do capital natural e dos serviços ecossistémicos.

A nível internacional, a Biodiversidade foi recentemente reconhecida como parte essencial do desenvolvimento sustentável levando a que, em Maio de 2006, a Comissão Europeia assumisse o compromisso de atingir o objectivo de travar a perda de biodiversidade em 2010. Para que tal objectivo seja alcançado com sucesso, é necessário comunicar eficazmente o valor da Biodiversidade e conseguir o apoio e acção de toda a sociedade civil a nível local.

Este Plano de Acção, foca-se na importância de que a mudança de atitude se estende para além das políticas governamentais internacionais e nacionais, mas na contribuição a nível da sociedade civil, consumidores e em particular do sector privado. As empresas devem procurar explorar modelos que permitam equilibrar a conservação da biodiversidade com oportunidades de negócio e desenvolvimento económico associadas à alteração ou conversão dos habitats.

A Visão de um Concelho que reconhece o património natural como um factor de distinção, qualidade de vida e competitividade, deve ser partilhada pelas empresas nele sedeadas. As empresas conseguirão distinguir-se e promover-se perante os consumidores, ao apoiarem e reconhecerem a importância do património natural na sua estratégia e cultura empresarial.

2. Linhas de acção

- Sensibilizar os actores locais para a importância da conservação do património natural do concelho:
 - Criação de parcerias com as organizações não governamentais de defesa do ambiente e com empresas pioneiras nesta temática, sedeadas no concelho, para uma colaboração activa no planeamento da estratégia, estabelecimento

de objectivos, e em planos de educação e sensibilização para o ambiente e património da região.

- Promover a Integração do Ambiente na Cultura das Empresas, através de:
 - Sensibilização e envolvimento de todos os colaboradores na nova abordagem;
 - ◆ Identificação de instalações, procedimentos e produtos que possam ser substituídos de forma a minimizar efeitos negativos no ambiente;
 - ◆ Identificação de comportamentos, atitudes e hábitos a ser substituídos;
 - ◆ Identificação de riscos, impactes ambientais e oportunidades de melhoria em toda a cadeia de fornecedores e cadeia produtiva;
 - Organização de visitas ao concelho de forma a conhecer e saber interpretar a sua individualidade e os recursos naturais de interesse;
 - Participação em diferentes actividades sociais e ambientais;
 - Criação de parcerias com as organizações não governamentais de defesa do ambiente e com empresas pioneiras nesta temática, sedeadas no concelho, para uma colaboração activa na definição das políticas, planeamento e nos planos de formação e educação ambiental;
 - Promoção e capacitação das actividades económicas que impliquem um contacto directo com o público e em especial com turistas (Hotelaria e Restauração) para o reconhecimento do conceito de “Concelho para a Biodiversidade” na sua actividade e imagem (ex: conhecer os locais e recursos naturais do concelho e ser capaz de dar resposta a questões dos turistas; incorporar produtos regionais nas ementas; cuidado com imagem das instalações...).
- Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis e respeitadoras da biodiversidade;

- Promoção de práticas tradicionais de agricultura;
 - Promoção da agricultura biológica;
 - Promoção da diversidade de produtos silvícolas e produção florestal sustentável;
 - Promoção de acções de reflorestação com espécies autóctones (sobreiro, azinheira, carvalhos,...).
- Promover as práticas sustentáveis ao nível da cinegética:
- Sensibilização dos caçadores, das reservas associativas e herdades de caça para a temática da conservação da natureza e da biodiversidade.
- Apoiar o Conhecimento e Inovação na temática da conservação da natureza e biodiversidade e a sua ligação às empresas:
- Difusão e distinção das boas práticas desenvolvidas pelas empresas do concelho neste âmbito.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IA Nº 07 - Número de acções relacionadas com a conservação do património natural

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- ✧ ONGA: Quercus
- ✧ Restaurantes e Cafés
- ✧ Hotelaria
- ✧ Empresas de outros ramos de actividade

- ✎ Parque Natural do Tejo Internacional
- ✎ Naturtejo

Plano de Acção N° 05

Fomentar o uso eficiente da água

1. Objectivos gerais

A água constitui um recurso essencial à vida. Por isso, à luz do desenvolvimento sustentável da comunidade, torna-se fundamental a consciencialização de que os recursos hídricos não são ilimitados e que é necessário garantir a sua continuidade e qualidade, através de medidas que conduzam a uma gestão eficiente e um consumo sustentável. De acordo com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a gestão integrada da água e o seu aproveitamento eficiente são prioridades estratégicas.

Segundo o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (2001), no contexto nacional a água é essencialmente consumida na agricultura (cerca de 87%, contra os usos urbanos 8% e indústria 5%). Comparativamente com outros países da União Europeia, o consumo agrícola é bastante elevado, resultando essencialmente do clima, tipo de culturas, área regada e métodos de rega utilizados. Em termos de oportunidades de poupança de água, estima-se que à agricultura correspondem cerca de 88% das perdas, contra 8% no domínio urbano e 4% na indústria.

Em Idanha-a-Nova o consumo de água distribuída pela rede pública cabe em quase 93% ao uso residencial e serviços, contra cerca de 5% em usos industriais. O sistema de abastecimento de água à população apresenta perdas de aproximadamente 30%, pelo que estão em curso medidas para substituição da rede. Algumas das medidas propostas neste plano de acção vão ao encontro da necessidade de obter uma maior eficiência na utilização da água distribuída pela rede pública, mas também promover uma maior eficiência na agricultura. A água utilizada na agricultura é essencialmente proveniente de sistemas alternativos, como o

aproveitamento hidroagrícola de Idanha-a-Nova. No concelho não existem indústrias consideradas grandes consumidoras de água, pelo que o problema está minimizado; ainda assim são propostas algumas medidas a adoptar nos seus processos produtivos.

2. Linhas de acção

- Sensibilizar a comunidade para a necessidade de preservação da água, para a ecoeficiência e para o consumo sustentável, através de:
 - Acções de sensibilização e informação dirigidas a diferentes públicos-alvo, nomeadamente: escolas, consumidores domésticos (em articulação com as Juntas de Freguesia), consumidores comerciais (em articulação com as associações de comerciantes), produtores agrícolas (em articulação com a associação de regantes e beneficiários), consumidores industriais (em articulação com as associações empresariais/industriais);
 - Comemoração do Dia Mundial da Água e do Dia Nacional da Água, com eventos alusivos à eficiência do uso da água, à poupança e à escolha de tecnologias mais eficientes.
- Promover o uso eficiente da água, no domínio urbano, através de:
 - Redução das perdas de água no sistema de abastecimento, por identificação e correcção das falhas e roturas na rede pública, mantendo acções de vistoria e fiscalização periódicas e continuando com o plano de renovação da estrutura da rede;
 - Realização de auditorias aos edifícios e equipamentos públicos, de forma a identificar situações de perda ou ineficiência;
 - Inventariação e caracterização de origens de água particulares susceptíveis de complementar as origens dos sistemas públicos;

Plano Acção Nº 05 – Fomentar o uso eficiente da água

- Utilização de águas residuais tratadas na lavagem de pavimentos e rega de jardins públicos;
 - Recuperação das águas pluviais através de: sistemas de recolha nos novos edifícios; cisternas ou outros sistemas de aproveitamento de água para utilização na rega de jardins, campos desportivos, ou para enchimento de lagos e espelhos de água;
 - Substituição por soluções técnicas mais adequadas ou adaptação de autoclismos, torneiras e chuveiros de forma a melhorar a eficiência da utilização e reduzir o consumo, em edifícios. Deverá ser também equacionada a reutilização de “águas cinzentas”² por exemplo no enchimento de autoclismos;
 - Adequação dos procedimentos de lavagem de veículos: utilização de dispositivos portáteis de água sob pressão, bem como implementação de sistemas de recirculação de águas nas estações de lavagem de veículos;
 - Gestão do volume de rega de acordo com as espécies plantadas nos espaços verdes, dando preferência a espécies que não exijam grandes quantidades de água e que sejam adaptadas ao clima local;
 - Proibir a utilização de água da rede pública nos seguintes usos: lavagem de pavimentos, lavagem de veículos, rega de jardins e espaços públicos, enchimento de lagos e espelhos de água, utilizando para estes efeitos soluções alternativas, como as acima referidas.
- Promover o uso eficiente da água, no domínio agrícola, através de:
- Realização de auditorias aos sistemas de rega, de forma a identificar situações de perda ou ineficiência;

² Águas cinzentas são as que sobram dos banhos, das máquinas de lavar roupa, das máquinas de lavar louça, dos lavatórios, e que, depois de uma depuração simples podem ser reutilizadas.

Plano Acção N° 05 – Fomentar o uso eficiente da água

- Melhoria na gestão da rega na zona da Campina de Idanha, adequando os volumes de rega às necessidades hídricas das culturas, através de sistemas de aviso;
 - Adequação dos procedimentos na rega por aspersão, nomeadamente realização de rega em horário nocturno.
- Promover o uso eficiente da água, no domínio industrial, através de:
- Realização de auditorias aos processos produtivos, de forma a minimizar as perdas de água e identificar oportunidades de melhoria;
 - Utilização de sistemas de recirculação de água sempre que possível;
 - Utilização de água de qualidade inferior para limpeza das instalações ou sistemas de limpeza a seco.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IA N° 01 - Consumo de água

IA N° 02 - Perdas de água no sistema de abastecimento

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- ✧ Juntas de Freguesia
- ✧ Águas do Centro, S.A.
- ✧ Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
- ✧ Consumidores (particulares, comércio, indústria, agricultores...)

Plano de Acção N° 06

Promover o uso responsável da energia

1. Objectivos gerais

As alterações Climáticas são um dos temas mais importantes da actualidade e cuja escala dos impactes e acções, se manifestará a nível global e a nível local. Importa que os municípios se envolvam activamente neste problema e na sua resolução.

As autarquias devem assumir o compromisso da responsabilidade climática. Dispõem de inúmeras possibilidades de acção, que vão desde melhorias de eficiência energética nos serviços administrativos e espaços sob a sua gestão, à promoção da Cidadania e do envolvimento dos vários actores.

A utilização da energia tende a ser feita como se não existissem limites e como se não tivesse impactes ambientais e custos sociais e económicos. O novo modelo energético deverá passar por mudanças de estilos de vida e hábitos de consumo, pelo uso das energias renováveis e pelo privilegiar a eficiência energética e a utilização racional da energia.

2. Linhas de acção

- Promover a Eficiência Energética nos Edifícios e Espaços Públicos, através de:
 - Sensibilização dos funcionários públicos e colaboradores para a importância do uso racional da energia;
 - Promoção da eficiência na iluminação pública, com a substituição de lâmpadas e sistemas de gestão de horas de luz;
 - Melhoria das condições de isolamento térmico dos edifícios;

- Melhoria da eficiência energética dos equipamentos eléctricos:
 - ◆ Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes;
 - ◆ Utilização de sensores de movimento para accionar os sistemas de iluminação em zonas de baixa frequência ou de passagem;
 - ◆ Imposição de critérios para aquisição de equipamentos eléctricos, com rótulo energético A ou elevada eficiência energética.
- Promover um “Concelho Ecoenergético”, através de:
 - Elaboração de um guia de boas práticas de consumo energético a nível doméstico e nas empresas;
 - Exigências ao nível de novos projectos: incluir técnicas de construção que melhorem o isolamento térmico dos edifícios e maximizem o aproveitamento da energia solar;
 - ◆ Promover a adesão voluntária das entidades ao Programa GreenBuilding, da Comissão Europeia (eficiência energética dos edifícios não residenciais) e divulgação da Directiva 2002/91/CE (desempenho energético dos edifícios);
 - Realização de acções de sensibilização em dias emblemáticos (ex.: Dia Nacional da Energia, Semana Europeia da Mobilidade):
 - ◆ Distribuir lâmpadas de baixo consumo aos participantes;
 - ◆ Distinguir as empresas com medidas de eficiência energética mais inovadoras.
 - Criar um Gabinete de Info-Energia:
 - ◆ Disponibilizar um serviço de atendimento e apoio ao público, para esclarecimento de questões de área da energia (ex. utilização de sistemas solares térmicos, sistemas de aquecimento doméstico, técnicas de construção, e outras);

- Promover a mobilidade sustentável, através de:
 - Exigência de critérios de aquisições de veículos: utilização de biocombustíveis; baixos consumos;
 - Promover a colecta e utilização de óleos alimentares na frota automóvel da autarquia;
 - Difusão do conceito e da prática de eco-condução:
 - ◆ Junto das escolas de condução;
 - ◆ Edição no boletim municipal de guias de eco-condução.

- Produzir Energia Localmente, através de:
 - Estudo das potencialidades de produção de energia através de biomassa e do sol;
 - Instalação de equipamentos para produção de energia, nos edifícios públicos:
 - ◆ Energia solar térmica, utilizada para aquecimento de grandes quantidades de água (normalmente em balneários, piscinas, cantinas,...);
 - ◆ Energia solar fotovoltaica, conversão de energia solar em electricidade através de células fotovoltaicas.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IA N° 03 - Consumo de energia nos edifícios e veículos da autarquia

IA N° 04 - Produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável

IA N° 05 - Número de pessoas que recorrem ao gabinete de Info-Energia

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- ✧ Juntas de Freguesia
- ✧ Empresas
- ✧ Sociedade Civil

2º Objectivo Operacional	
Promover as actividades económicas	
Planos de Acção	
PA07	Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas
PA08	Reorientar a actividade agrícola, silvícola e a produção animal

Plano de Acção N° 07

Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

1. Objectivos gerais

A criação e o desenvolvimento de iniciativas empresariais, em auto-emprego ou gerando postos de trabalho adicionais, desenvolve a economia local, fortalece o tecido empresarial e alarga a oferta de bens e serviços. São, pois, instrumentos determinantes na atracção e fixação de população.

A conciliação das infra-estruturas existentes, nomeadamente das zonas industriais, com o apoio do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, tirando partido da Incubadora de Empresas e da estreita ligação às escolas locais, permite promover a criação de condições para a instalação de micro e pequenas empresas, em áreas diversificadas da actividade económica e, simultaneamente, a qualificação na prestação de novos serviços. É de ter em conta que o sector terciário é aquele que mais se tem desenvolvido nos últimos anos no Município.

O especial enfoque na microempresa³, na pequena empresa e nas suas vantagens competitivas (flexibilidade, capacidade de reacção, propensão ao risco, velocidade de decisão, acesso às novas tecnologias e à informação, a ligação personalizada aos clientes, a outros microempresários, a associações...) deve ser explorado, incentivado e potenciado.

A forte actividade agrícola do concelho e as suas especificidades permitem tirar partido dos produtos locais e apostar nas indústrias agro-alimentares.

³ Considera-se como microempresa qualquer forma empresarial ou unidade produtiva que não ultrapasse os 9 trabalhadores e que tenha como limite máximo de volume anual de negócios ou de balanço total 2 milhões de euros.

Plano de Acção Nº 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

O recurso às infra-estruturas de comunicação facilita a qualificação dos recursos humanos, quer por via do ensino, quer por via da formação. Este tipo de oferta dinamiza a circulação de pessoas e deve potenciar a atracção de alguns serviços que possuem emprego qualificado de nível médio e superior, melhorando as competências dos recursos humanos locais.

2. Linhas de acção

□ Criar condições favoráveis à fixação de empresários ou de unidades produtivas, através de:

- Estabelecimento de um relacionamento privilegiado das empresas com a Câmara Municipal, a Incubadora de Empresas e o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento;
- Levantamento junto dos potenciais investidores das suas necessidades em áreas de competência da Câmara Municipal - processos de licenciamentos, disponibilização da utilização de infra-estruturas, facilidades de instalação, autorizações camarárias, ligação às infra-estruturas básicas do Município, equipamentos, apoio técnico...
- Levantamento das necessidades de informação e serviços de apoio: constituição de empresas, informação em matéria de apoios e incentivos, pesquisas de mercado, apoio logístico, contabilístico e à elaboração de projectos de financiamento, acções de formação específicas, serviços jurídicos, serviços informáticos...
- Encaminhamento de novas iniciativas e ideias para gabinetes especializados de apoio a empresas, capazes de prestar serviços de apoio em áreas supra citadas;
- Apoio ao estabelecimento de protocolos de formação entre investidores e estabelecimentos de ensino/ formação da região para acções de formação

Plano de Acção Nº 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

orientadas para as necessidades empresariais, em colaboração com a Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova (EPRIN), a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);

- Identificação de oportunidades e participação de agentes económicos e de produções do concelho na realização de feiras e certames de âmbito local, regional, nacional e transfronteiriço.
- Dinamizar as condições de atractividade das Zonas Industriais de Idanha-a-Nova e Penha Garcia através de:
 - Actualização do Regulamento das Zonas Industriais;
 - Reverter os lotes que estão atribuídos mas não efectivamente ocupados em benefício da Câmara Municipal, de modo a criar uma bolsa de terrenos disponíveis para actividades de pequena e média dimensão;
 - Estabelecimento de um protocolo com as empresas que aí se venham a fixar de modo a lhes possibilitar a instalação a custos reduzidos:
 - ◆ Optimização dos serviços prestados pela autarquia: sistema de abastecimento de água, sistema de recolha de resíduos sólidos, tratamento de águas residuais, infra-estruturas de telecomunicações;
 - ◆ Fiscalização dos eventuais impactes negativos da actividade industrial a nível ambiental;
 - ◆ Apoio à promoção/concretização de projectos e iniciativas de carácter empresarial de interesse municipal: disponibilização da utilização de infra-estruturas municipais, disponibilização da utilização de máquinas, equipamentos ou viaturas integrados no património municipal.
- Dotar as instalações industriais do Ladoeiro (antiga SAIPOL) das condições essenciais à actividade de indústrias agro-alimentares, através de:

Plano de Acção Nº 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

- Criação das infra-estruturas necessárias ao correcto desempenho das unidades industriais, nomeadamente tratamento de efluentes e recolha de resíduos;
- Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior de referência na área (p.e. Instituto Superior de Agronomia) para a credibilização das actividades das indústrias agro-alimentares.
- Estimular e premiar o empreendedorismo junto dos alunos da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, apoiando a criação de empresas.
- Apoiar os jovens com capacidade empreendedora na criação de pequenas iniciativas empresariais, nomeadamente nas áreas do turismo, das actividades desportivas, de lazer, do ambiente e do património, através de acções de formação em empreendedorismo, em competências básicas de gestão, de marketing e comercialização, de relações públicas e de línguas estrangeiras.
- Criar campanhas de divulgação permanente, nos meios de comunicação locais e regionais, sobre:
 - as condições oferecidas aos empresários que se queiram instalar no Município.
 - os serviços existentes em Idanha-a-Nova como forma de valorização dos recursos locais.
- Desenvolver relações de cooperação duradouras entre empresas com instalações em Idanha-a-Nova e outras empresas portuguesas e/ou empresas espanholas situadas nas comunidades autónomas de Castilla y León e Extremadura, com especial enfoque nas regiões fronteiriças.
- Ajustar os horários dos estabelecimentos de comércio às necessidades dos clientes, nomeadamente com horários diferenciados no Verão, no Inverno e aos fins-de-semana e feriados.

Plano de Acção N° 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

- Fomentar a qualificação das empresas, promovendo o recurso aos incentivos ao investimento visando a melhoria das condições de produção, a inovação e adaptação tecnológica, a certificação de processos e a eficiência ambiental, assim como a formação dos recursos, a organização e gestão, a capacidade de inserção nos mercados e o próprio aumento da dimensão.
- Promover a aplicação de Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança nas empresas existentes ou a instalar.
- Promover a adesão das empresas do Município ao EMAS – Sistema Comunitário de Gestão e Auditoria Ambiental, (Eco-Management and Audit Scheme - EMAS) que permite às empresas um melhor resultado ambiental para alcançar a melhoria contínua do seu desempenho.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE N° 01 – Desempregados inscritos no Centro de Emprego;

IE N° 04 – Evolução do emprego empresarial;

IE N° 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

IE N° 06 – Implementação e Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade;

IS N° 03 – Prazo médio de resolução dos processos camarários;

ICI N° 01 – Cursos de formação profissional;

ICI N° 02 – Número de formandos em cursos de formação profissional;

ICI N° 06 – Investigação e desenvolvimento empresarial.

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- ✧ Incubadora de empresas;
- ✧ Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova (EPRIN);
- ✧ Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN);
- ✧ Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- ✧ Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências do Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova;
- ✧ Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Idanha-a-Nova;
- ✧ Empresas de certificação de qualidade, ambiente e segurança;
- ✧ Empresas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- ✧ Outras escolas da região;
- ✧ Comerciantes locais;
- ✧ Artesãos locais;
- ✧ Gabinete de Turismo da Câmara Municipal;
- ✧ Prestadores de serviços locais, regionais, nacionais;
- ✧ Associações empresariais.

Plano de Acção N° 08

Reorientar a actividade agrícola, silvícola e a produção animal

1. Objectivos gerais

A actividade agrícola do Município, alguma de grande dimensão e até há bem pouco tempo fortemente ligada ao tabaco, deve ser reorientada para fazer face às alterações da Política Agrícola Comum (PAC), tornando-a numa actividade mais atractiva, produtiva e rentável e sustentável em termos económicos.

A crescente procura de produtos agrícolas produzidos sobre o modo de produção biológico, leva a que este mercado seja cada vez mais atractivo, tendo o concelho de Idanha-a-Nova elevado potencial para se desenvolver fortemente nesta área.

A dinamização nos produtos locais tradicionais de qualidade, com certificação, já implementados, aliados a novas práticas agrícolas, pode permitir uma maior qualificação da actividade agrícola e actividades associadas.

As actividades ligadas às indústrias agro-alimentares e à transformação de produtos de origem animal devem ser estimuladas, no sentido de aproveitar a riqueza da sua diversidade.

Como complemento da actividade agrícola, a valorização da floresta, através de uma gestão sustentada, torna-a num indiscutível factor de qualidade ambiental, pela riqueza que gera e pela paisagem que lhe está associada. A criação de infra-estruturas de apoio a actividades desportivas e de lazer propiciam um acréscimo da afluência de cidadãos à floresta.

As condições edafoclimáticas com domínio dos montados de sobro e azinho, fornecem uma cadeia alimentar adequada à produção animal de diferentes espécies e possibilita produções de carne de qualidade.

2. Linhas de acção

- Desenvolver as potencialidades agrícolas do Município através de:
 - Promoção da adesão dos agricultores às medidas agro-ambientais, fortalecendo a ligação agricultura/ambiente, com recurso a campanhas de sensibilização, divulgação e informação, em colaboração com os serviços regionais do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas;
 - Dinamização do modo de produção biológico e da certificação dos produtos com o símbolo 'biológico';
 - Motivação e mobilização dos agricultores para o aproveitamento das ervas aromáticas e dos arbustos dos montados e matos como produtos em si mesmos e como matéria-prima;
 - Revitalização da imagem de qualidade dos produtos locais, e especificamente das produções agro-alimentares tradicionais (queijos, enchidos, azeite...);
 - Criação e comercialização de novos produtos agrícolas de qualidade com denominação de origem;
 - Promoção da fileira (compota, sumos, molhos...) de diferentes produtos agrícolas tradicionais;
 - Credibilização e fortalecimento do associativismo entre os produtores agrícolas;
 - Promoção de novas culturas valorizadas pelo mercado;
 - Apoio à comercialização de produtos agrícolas e agro-alimentares de qualidade (com eventual denominação de origem), tendo presente:
 - ◆ o escoamento, ao nível local, regional, nacional e internacional, sem esquecer a dificuldade em fazer sobressair esses produtos no meio de

Plano de Acção Nº 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

tantos outros “semelhantes”, criando também uma campanha de divulgação;

◆ as relações entre produtor, cadeias de distribuição e a ligação entre os produtos de Idanha-a-Nova e o consumidor.

□ Facilitar as culturas alternativas ao tabaco e incentivar o seu aproveitamento em novos produtos agro-industriais ou agro-alimentares.

□ Estabelecer no Município unidades de transformação destes novos produtos.

□ Estimular a subida na cadeia de valor das indústrias ligadas à exploração de recursos endógenos de qualidade (lacticínios, transformação de carne, transformação de madeira...), através de:

■ Maior sofisticação de produtos;

■ Desenvolvimento de produtos inovadores e que vão de encontro às novas tendências da procura;

■ Fusão do know-how tradicional com o avanço tecnológico, a I&D e o conhecimento;

■ Aposta na qualidade;

■ Necessidade de inserção em rede e estabelecimento de parcerias, seja na fase de promoção e comercialização (exemplos: acesso aos mercados de forma conjunta pelas várias indústrias agro-alimentares), seja no desenvolvimento de produtos, teste de novas matérias-primas, de novos processos produtivos...

□ Promover a gestão florestal, criadora de riqueza e emprego e de melhoria da qualidade de vida da população, valorizando a floresta do ponto de vista paisagístico e ambiental, através de:

■ Acções de protecção da floresta desenvolvidas pelas associações de produtores e por proprietários florestais e mesmo pelo gabinete técnico

Plano de Acção Nº 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

florestal, nomeadamente na concretização efectiva das Zonas de Intervenção Florestal (ZIFs⁴)

- Levantamento da ocupação florestal, com recurso a GPS, para identificação das áreas de maior perigosidade e das medidas de gestão mais adequadas a cada área;
 - Melhorar a vigilância da floresta;
 - Promoção do aproveitamento dos resíduos florestais para a produção de biomassa;
 - Facilitar o diálogo entre o gabinete técnico florestal da Câmara Municipal, as associações florestais e as entidades promotoras de boas práticas de gestão florestal.
- Motivar e mobilizar os agricultores para a produção animal extensiva, (p.e. porcos montanheiros, gado bovino e ovino), potenciando assim as produções agro-alimentares de qualidade com denominação de origem já reconhecidas ou a reconhecer.
- Identificar oportunidades e apoiar a participação de empresas e a presença de produtos locais em feiras e certames económicos e técnicos de âmbito local, regional, nacional e internacional, com especial ênfase nas regiões espanholas fronteiriças.
- Preservar a paisagem rural.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE Nº 01 – Desempregados inscritos no Centro de Emprego;

IE Nº 04 – Evolução do emprego empresarial;

IE Nº 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

⁴ Uma ZIF é uma área territorial contínua, constituída na sua maioria por espaços florestais, sujeita a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e gerida por uma única entidade.

Plano de Acção N° 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

IE N° 06 – Implementação e Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade;

ICI N° 01 – Cursos de formação profissional;

ICI N° 02 – Número de formandos em cursos de formação profissional.

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- ✧ Juntas de Freguesia;
- ✧ Empresários da actividade agrícola e produção animal;
- ✧ Produtores florestais;
- ✧ Associações de produtores agrícolas;
- ✧ Associações de produtores florestais;
- ✧ Empresas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- ✧ Direcção-Regional de Agricultura da Beira Interior.
- ✧ Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- ✧ Empresários da actividade agrícola e produção animal;
- ✧ Empresas do sector florestal ligados à Fileira Florestal;
- ✧ Escolas, associações culturais, recreativas e desportivas do Município
- ✧ Associações empresariais locais;
- ✧ Comerciantes locais;
- ✧ Artesãos locais;
- ✧ Gabinete de Turismo da Câmara Municipal;
- ✧ Prestadores de serviços locais, regionais, nacionais.

Plano de Acção Nº 07 - Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas

3º Objectivo Operacional	
Diferenciar o Município	
Planos de Acção	
PA09	Promover um turismo integrado
PA10	Valorizar a cultura e o ambiente urbano
PA11	Promover e integrar redes e parcerias

Plano de Acção N° 09

Promover um turismo integrado

1. Objectivos gerais

O Município de Idanha-a-Nova dispõe de recursos turísticos relevantes que, no quadro de uma estratégia adequada, são um importante factor de desenvolvimento sustentável.

O aumento da procura turística das zonas rurais, aliado a uma oferta de qualidade e diversificada, é criadora de emprego durável e qualificado. Os efeitos multiplicadores na restauração, no comércio e nos serviços que lhes estão associados fortalece a economia local e o tecido empresarial subjacente.

Dentro do território do Município localizam-se o Parque Natural do Tejo Internacional e o GeoPark Naturtejo da Meseta Meridional, indicativos dos bens patrimoniais naturais que aquele dispõe (fauna, flora e elementos icnológicos). A percepção desta mais-valia ambiental, bem como a criação de infra-estruturas de apoio a actividades educativas, desportivas e de lazer, constituem factores que propiciam um acréscimo da afluência de cidadãos, do concelho e de concelhos vizinhos.

Experiências de qualidade vividas pelos cidadãos durante uma passagem ou uma curta permanência em Idanha-a-Nova poderão fomentar, a curto e médio prazo, a repetição de experiências e/ou o passar palavra a familiares e amigos.

A divulgação do que existe no Município é um factor crítico de sucesso para o efeito bola de neve que se pretende retirar dos fluxos turísticos que passam por Idanha-a-Nova. A mobilização dos diferentes agentes económicos e sua sensibilização para uma oferta integrada de qualidade é por isso uma necessidade premente.

2. Linhas de acção

- Elaborar e concretizar uma estratégia turística do Município, estreitamente articulada com o planeamento territorial do Município, de forma a assegurar a sua sustentabilidade.
- Combinar ofertas de turismo de natureza, turismo de saúde e bem-estar, turismo cinegético, turismo em espaço rural, turismo cultural e patrimonial, que contrariem a sazonalidade, mobilizando os intervenientes (alojamento, entidades culturais e empresas de ocupação de tempos livres) para a criação de pacotes conjuntos, através de:
 - protocolos entre agentes económicos locais para promoção conjunta de bens e serviços turísticos;
 - recomendação de meios complementares de oferta;
 - parcerias entre alojamento e meios de transporte alternativos para actividades ao ar livre;
 - pacotes integrados de oferta agregando as ofertas culturais do Centro Cultural Raiano e do Fórum Cultural, com circuitos culturais de visita aos elementos patrimoniais relevantes e com o alojamento e restauração de qualidade do Município.
- Rever, ampliar e consolidar a estratégia de promoção turística do Município.
- Valorizar e qualificar o turismo de natureza, caminhos pedestres, circuitos de cicloturismo, circuitos temáticos...
- Dinamizar as infra-estruturas ligadas ao turismo de aventura e à prática de desportos radicais e de orientação (agregando os recursos água, paisagem agrícola, floresta e paisagem natural).
- Promover novos recursos turísticos, nomeadamente ligados ao GeoPark: visitas temáticas para grupos de interesses específicos nas áreas correlacionadas.

Plano de Acção Nº 09 – Promover um turismo integrado

- Envolver os alojamentos de turismo rural e das casas Naturtejo do Município nos circuitos temáticos.
- Qualificar os recursos turísticos existentes, de forma a satisfazerem as exigências crescentes dos consumidores e elevados padrões de protecção ambiental.
- Potenciar estadias mais longas, nomeadamente pela:
 - Estruturação de programas e produtos turísticos diferenciados para as distintas épocas do ano.
 - Criação de pacotes de oferta integrada, com duração de fim-de-semana e/ou 3 a 4 dias;
 - Criação de produtos turísticos específicos fora da estação alta;
 - Aproveitamento dos lugares e aldeias do Município, como destinos de divulgação e penetração no território;
 - Calendarização de actividades de lazer articuladas com a actividade termal.
- Valorizar o património construído, através da sua recuperação e efectiva utilização, nomeadamente, do alargamento do conceito de «aldeia histórica» a «aldeia tradicional» e sua utilização como equipamento turístico, bem como da divulgação da sua história e da realização de iniciativas que atraiam visitantes.
- Qualificar as empresas ligadas à actividade turística, nomeadamente através de:
 - Qualificação da restauração e diversificação de produtos gastronómicos;
 - Mobilização para a realização de formação (atendimento e línguas);
 - Informação aos visitantes e turistas;
 - Adopção de práticas de gestão ambiental.
- Adoptar “passes” multi-modais para fruição de recursos (ex: Geopark) ou equipamentos (Termas de Monfortinho) do concelho ou ainda de grandes eventos culturais ou desportivos.

Plano de Acção Nº 09 – Promover um turismo integrado

- Divulgar e comercializar as artes e ofícios tradicionais, com a criação de espaços de venda estruturados, modernos e atractivos ao visitante, nos locais mais emblemáticos do Município, onde os artesãos possam vender à consignação os seus produtos, num conceito p.e. de “Coisas D’Idanha”;
- Desenvolver e promover os produtos locais, qualificando a sua apresentação, intensificando e diversificando os locais de comercialização.
- Fortalecer a comunicação com os visitantes e turistas, nomeadamente através de:
 - Campanhas de marketing que valorizem os recursos do concelho e dirigidas ao mercado alvo (imagem de marca):
 - Maximização das actividades da rede de postos de turismo:
 - ◆ Adaptar os horários de funcionamento dos postos de turismo em função das épocas turísticas, oferecendo um horário de Verão e de Inverno e um horário alargado aos fins-de-semana e feriados;
 - ◆ Divulgar e reforçar as possibilidades de visitas guiadas a turistas interessados;
 - ◆ Divulgar informação relacionada com a comercialização dos produtos locais, bem como dos serviços associados (produtores, tipos de produtos, características específicas...);
 - ◆ Melhorar o atendimento nos Postos de Turismo, através de formação contínua do pessoal, da melhoria da apresentação dos funcionários, aproveitando os produtos de merchandising (a criar) e outros produtos tradicionais locais para fardamento dos funcionários, por exemplo;
 - Dinamização do Centro de Artes Tradicionais:
 - ◆ Incluir nos circuitos propostos ao visitante uma passagem pelo Centro;

Plano de Acção N° 09 – Promover um turismo integrado

- ◆ Promover o trabalho ao vivo dos artesãos nos períodos de maior afluência de turistas ao Município;
- ◆ Criar espaços de experimentação para o visitante;
- ◆ Criar um espaço de venda para os artesãos.
- Actualizar e qualificar a sinalética do Município.
- Melhorar os sistemas de informação e interpretação, promovendo a formação de guias locais, formando os jovens e adultos Idanhenses para guias de orientação turística no Município, como forma de ocupação das férias ou como ocupação laboral.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE N° 02 – Estada média;

IE N° 03 – Taxa de ocupação hoteleira;

IE N° 04 – Evolução do emprego empresarial;

IE N° 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

IE N° 06 – Implementação e Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade;

IS N° 01 – Despesas do Município em actividades culturais *per capita*;

IS N° 02 – Número de espectadores nas actividades culturais;

ICI N° 01 – Cursos de formação profissional;

ICI N° 02 – Número de formandos em cursos de formação profissional.

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- ✧ Unidades de alojamento turístico e de restauração;

Plano de Acção Nº 09 – Promover um turismo integrado

- ✎ Unidades produtivas e artesãos locais;
- ✎ Pequenas explorações agrícolas;
- ✎ Postos de Turismo e Junta de Turismo;
- ✎ Gabinete de Turismo da Câmara Municipal;
- ✎ Empresários locais;
- ✎ Municípios pertencentes à Naturtejo;
- ✎ Escolas locais;
- ✎ Associações locais para os produtos tradicionais;
- ✎ Grupo MONFORTUR.

Plano de Acção N° 10

Valorizar a cultura e o ambiente urbano

1. Objectivos gerais

A valorização do património arquitectónico, histórico e cultural, bem como a optimização da utilização das infra-estruturas culturais contribuem não só para a valorização pessoal e cultural da população, como para a criação de dinâmicas de atracção, fixação e permanência de pessoas em Idanha-a-Nova, nomeadamente através da criação de emprego.

A existência de duas aldeias históricas no concelho, Idanha-a-Velha e Monsanto, bem como a existência de outras aldeias tradicionais constitui uma mais-valia para o Município e uma potencialidade ao nível do património construído, que se caracteriza de elevado interesse histórico-cultural.

2. Linhas de acção

- Fomentar a recuperação do património construído de forma organizada e qualificada, integrando harmoniosamente todos os elementos recuperados de traça antiga e tradicional com as necessidades actuais, sem recurso a elementos exteriores que perturbem a beleza do conjunto (p.e. calhas técnicas para cablagem - electricidade, telefone, TV - evitando a profusão de fios exteriores e antenas).
- Encorajar a utilização da biblioteca municipal, designadamente através de:
 - Alargamento do período de funcionamento em determinados dias, períodos do dia e épocas do ano;

- Mobilização das escolas para a criação de clubes de leitura apoiados pela própria biblioteca;
 - Mobilização dos agentes culturais para iniciativas relacionadas com o livro e a escrita junto da população local;
 - Valorização da biblioteca municipal como plataforma de acesso à informação através do Espaço Internet.
- Manter e desenvolver uma estratégia cultural com impacte regional, envolvendo os agentes culturais locais, regionais e nacionais e abrangendo, nomeadamente:
- Elaboração e divulgação de uma agenda cultural anual, designadamente através da Internet, da imprensa local e de suportes de informação turística;
 - Reforço do potencial de atracção turística dos monumentos e conjuntos históricos, divulgando-os e valorizando-os;
 - Consolidação da estratégia de utilização de espaços diversificados para realização de eventos culturais, para melhor valorização desses espaços, tais como:
 - ◆ Edifícios públicos de utilização cultural - o Centro Cultural Raiano, o Centro de Artes Tradicionais, o Fórum Cultural;
 - ◆ Património construído - as aldeias históricas e tradicionais, os núcleos museológicos;
 - ◆ Espaços abertos, mesmo espaços naturais, em determinadas épocas do ano.
 - Criação de “pacotes de eventos e actividades” complementares, temáticos e aliados à actividade turística da região, que dinamizem os diferentes espaços disponíveis em simultâneo, criando uma efectiva ocupação de tempos livres para residentes e visitantes;

Plano de Acção N° 10 – Valorizar a cultura e o ambiente urbano

- Divulgação e informação dos aspectos culturais relacionados com a gastronomia tradicional, em colaboração com a restauração local;
 - Dinamização da participação das escolas em eventos culturais;
 - Promoção de eventos culturais com significado regional.
- Melhorar a eficiência da divulgação da informação de carácter cultural, aproveitando a experiência decorrente da montagem da estratégia de comunicação definida no Plano de Acção N° 02:
- Usar formas de comunicação e canais de comunicação distintos para chegar a públicos-alvo diferentes;
 - Informar com maior regularidade sobre as actividades a decorrer nos dois meses subsequentes (p.e. com uma periodicidade de 15 em 15 dias), reactivando o envio de Newsletters aos subscritores da base de dados existente;
 - Facilitar o acesso a newsletters e à revista Adufe publicitando os diferentes meios de subscrição;
 - Mobilizar os agentes culturais e económicos para a divulgação das actividades culturais e desportivas, sensibilizando-os para sua importância na atracção de pessoas ao Município;
 - Eliminar os atrasos de edição e distribuição da revista/agenda cultural “Adufe”, providenciando a sua disponibilização nos 15 dias anteriores ao período a que diz respeito.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE N° 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

IS N° 01 – Despesas do Município em actividades culturais *per capita*;

IS N° 02 – Número de espectadores nas actividades culturais;

ICI N° 03 – Acções de informação e esclarecimento;

ICI N° 05 – Número de visitantes do site oficial do Município.

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- ✧ Juntas de Freguesia;
- ✧ Escolas;
- ✧ Associações culturais e recreativas;
- ✧ Centro Cultural Raiano;
- ✧ Centros de Artes Tradicionais;
- ✧ Fórum Cultural;
- ✧ Núcleos museológicos;
- ✧ Restauração local;
- ✧ Biblioteca Municipal;
- ✧ Empresários.

Plano de Acção N° 11

Promover e integrar redes e parcerias

1. Objectivos gerais

A localização geográfica do Município potencia uma efectiva interligação com os municípios vizinhos, permitindo a sua integração em territórios mais alargados de âmbito regional, nacional e internacional. É incontornável a ligação a Espanha, nomeadamente à Região de Castilla y León e em especial à Região da Extremadura, como primeiro patamar para a concretização de projectos comuns de desenvolvimento.

A participação do Município em redes de cooperação transfronteiriça e transnacional, visando o desenvolvimento económico, a conservação e divulgação do património natural e da cultura possibilita a sua integração no mundo global, a sua visibilidade interna e externa e a mobilização de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento.

A massa crítica necessária à concretização e consolidação de um percurso de desenvolvimento sustentável do Município supõe, também, a mobilização de parcerias públicas e público-privadas ao nível do turismo e do ambiente.

Com efeito, a construção de parcerias para a promoção do turismo como factor de desenvolvimento sustentável do Município deve ser amplamente inclusiva, englobando se possível operadores turísticos externos (v.g. agências de viagens) e, necessariamente, os operadores e agentes turísticos locais. Importa salientar que, neste âmbito, o papel do Município é fundamental e concretiza-se sobretudo na promoção do diálogo, da comunicação e da construção da confiança necessária à constituição de parcerias e redes duradouras.

2. Linhas de acção

- Participar em redes regionais, nacionais e europeias nas áreas do desenvolvimento económico, da promoção do turismo e da cultura, através de:
 - Integração em redes existentes;
 - Mobilização de novas redes, nas quais o Município possa deter uma posição relevante;
 - Rendibilização de iniciativas comunitárias.

- Promover a criação de parcerias entre os diferentes agentes económicos locais, tendo em vista:
 - Estruturar campanhas de marketing e suportes de informação promocional, transformando os agentes em patrocinadores, uma vez que são os beneficiários directos e indirectos das mesmas;
 - Criar uma oferta integrada de bens e serviços para o turista, que permita vendas cruzadas: alojamento, restauração, actividades culturais e de natureza, transportes e outros;
 - Promover hábitos de recomendação de meios complementares de oferta que se devem converter em parcerias efectivas em diferentes áreas de negócio: restauração e alojamento; produções agro-alimentares e artesãos; gabinete de turismo da Câmara Municipal e empresas de animação turística; centro de saúde e instituições particulares de solidariedade social; organizações não governamentais e empresas ambientais; empresas de serviços de apoio aos empresários e empresários; escolas e centros de formação; entidades formadoras e artesãos; diferentes instituições culturais...;
 - Sensibilizar e informar para as necessidades e expectativas dos turistas, nomeadamente em matéria de horário de funcionamento dos estabelecimentos de comércio e de qualidade do serviço.

- Promover junto das empresas, das associações empresariais da Região Centro, das instituições de ensino superior e das associações de desenvolvimento local os recursos disponibilizados pelo Município para a instalação de micro, pequenas e médias empresas.
- Desenvolver relações de cooperação duradouras com as províncias da Região da Extremadura e da Região de Castilla y León ao nível das actividades turísticas, culturais e empresarias.
- Promover a constituição de parcerias locais entre diversos agentes económicos e o Grupo Monfortur, tendo em vista:
 - A aprendizagem de práticas bem sucedidas a partir do modelo de gestão sustentada em matas privadas desenvolvido pelo Grupo Monfortur, demonstrativo das potencialidades da floresta como recurso de desenvolvimento sustentável do concelho (práticas silvícolas adequadas);
 - A participação de clientes externos ao Grupo Monfortur nas actividades de lazer por este promovidas, nomeadamente o acesso às reservas de caça e instalações desportivas;
 - A aprendizagem e/ou estágio profissional no âmbito de actividades do balneário termal que possam ser aplicadas e adaptadas às actividades de apoio das IPSS na prestação de cuidados a idosos e a pessoas com necessidades especiais.
- Dar continuidade aos existentes e desenvolver novos programas de actividades de intercâmbio cultural com outros municípios nacionais, associações, grupos culturais, escolas e estabelecimentos de ensino superior de outras regiões, nacionais ou comunitárias.
- Reforçar e estabelecer redes de cooperação cultural e de intercâmbio de boas práticas com cidades e vilas de Espanha, visando:
 - A divulgação da realidade patrimonial local;

- A troca de experiências de preservação, reconstrução e reabilitação do património histórico construído;
 - A sensibilização e consciencialização públicas para a importância da transmissão de conhecimentos e saberes-fazer ancestrais e educação para a preservação de valores locais.
- Promover parcerias entre as empresas do concelho, os serviços públicos, as entidades formadoras, o ensino superior técnico e o ensino técnico profissional, de modo a:
- Garantir/proporcionar acolhimento de alunos e formandos num contexto de formação prática (estágios) em alternância com a componente teórica de formação;
 - Identificar as necessidades formativas e incorporá-las no desenvolvimento dos conteúdos programáticos;
 - Valorizar uma maior componente técnica na formação.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE N° 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

IE N° 06 – Implementação e Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade;

IS N° 01 – Despesas do Município em actividades culturais *per capita*;

IS N° 02 – Número de espectadores nas actividades culturais;

IS N° 03 – Prazo médio de resolução dos processos camarários;

IS N° 04 – Participação dos cidadãos em acções de execução da Agenda 21 Local;

IS N° 05 – Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas;

ICI N° 03 – Acções de informação e esclarecimento;

ICI Nº 05 – Número de visitantes do site oficial do Município.

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- ✧ Grupo Monfortur;
- ✧ Associação Naturtejo;
- ✧ Outros municípios portugueses e espanhóis;
- ✧ Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- ✧ Agentes culturais;
- ✧ Escolas e estabelecimentos de ensino superior;
- ✧ Associações empresariais da Região Centro;
- ✧ Agentes económicos locais;
- ✧ Juntas de Freguesia;
- ✧ Associações culturais e recreativas;
- ✧ Centro Cultural Raiano;
- ✧ Centros de Artes Tradicionais;
- ✧ Fórum Cultural;
- ✧ Núcleos museológicos;
- ✧ Restauração local;
- ✧ Biblioteca Municipal;
- ✧ Empresários.

4º Objectivo Operacional	
Promover a Coesão Social e Territorial	
Planos de Acção	
PA12	Apoiar as dinâmicas populacionais
PA13	Estimular o sentimento de pertença à comunidade

Plano de Acção N° 12

Apoiar as dinâmicas populacionais

1. Objectivos gerais

Idanha-a-Nova apresenta um acentuado decréscimo populacional, que se traduz num maior despovoamento, com uma população cada vez mais envelhecida.

Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em que as pessoas são os motores, os agentes e os destinatários do desenvolvimento, é fundamental criar sinergias que, mesmo não invertendo estas tendências no curto prazo, contribuam para a fixação de população no Município e permitam estabilizar o decréscimo populacional que se regista.

Torna-se determinante promover o crescimento económico num quadro de sustentabilidade, gerando oportunidades de trabalho e emprego de base local e actuando no sentido da conservação e valorização da qualidade do ambiente natural e urbano e da cultura (conforme propostas dos planos de acção anteriores).

A capacidade de um território atrair e fixar população está, sem dúvida, ligada a um conjunto de condições, como o acesso à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, à cultura, entre outros factores. Está sobretudo relacionada com a percepção e o sentido de futuro que a comunidade transmite para o exterior, intimamente associados à confiança que a comunidade tem em si própria, nos seus recursos e nas suas capacidades, o que motiva outros desejarem viver nela.

A atracção de população activa, jovem e menos jovem, e de população reformada para residir no Município supõe um consenso claro e inequívoco, de médio/longo prazo, quanto às prioridades de desenvolvimento e, conseqüentemente, de investimento e a mobilização de todos os agentes económicos, sociais e culturais,

públicos e privados. Trata-se de um objectivo de Idanha-a-Nova como comunidade e não de uma tarefa da Câmara Municipal.

2. Linhas de acção

- Promover a atracção de população em idade activa, divulgando amplamente a qualidade das condições de vida no Município e facilitando a respectiva instalação.
- Promover a atracção de jovens casais através de:
 - Criação de condições especiais de acesso à habitação, nomeadamente através de habitação a custos controlados;
 - Dinamização de creches, infantários e de actividades de ocupação dos tempos livres de valor acrescentado para as crianças tais como teatro, música, línguas estrangeiras e desporto;
 - Fomento do emprego em tempo parcial e mesmo do tele-trabalho, de forma a permitir uma maior disponibilidade de um dos progenitores para participar mais activamente na educação dos filhos;
 - Dinamização de um serviço de *baby sitting*, por exemplo no âmbito de IPSS, recorrendo a jovens do concelho (a quem seria dada formação específica para o efeito);
 - Dotar os postos móveis de saúde com informação de distribuição gratuita às jovens mães e apoio médico pediátrico periódico.
- Atrair a população reformada natural do concelho, mas a residir em outros pontos do país e do estrangeiro, de forma definitiva ou por períodos alargados de tempo, divulgando a mensagem de que viver em Idanha-a-Nova é sinónimo de melhor qualidade de vida do que nos grandes centros urbanos.
- Atrair jovens qualificados para a criação de microempresas.
- Gerir o envelhecimento da população (*vide* projecções demográficas) de modo a:

- Garantir qualidade de vida através de boa saúde, com suporte em serviços e assistência adequados;
- Garantir a prestação de cuidados conhecendo as suas necessidades, os prestadores de serviços existentes (quem são, onde estão e quantos são), promovendo parceiros de negócios na prestação de cuidados a pessoas e elaborando agendas de prestação de serviços aos cidadãos necessitados.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE Nº 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

IS Nº 01 – Despesas do Município em actividades culturais *per capita*;

IS Nº 02 – Número de espectadores nas actividades culturais;

ICI Nº 03 – Acções de informação e esclarecimento;

ICI Nº 04 – Participação pública em acções de informação e esclarecimento;

ICI Nº 05 – Número de visitantes do site oficial do Município.

4. Principais intervenientes

- ✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- ✧ Juntas de freguesia;
- ✧ Escolas;
- ✧ Associações culturais e recreativas;
- ✧ Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- ✧ Administração Regional de Saúde;
- ✧ Empresas privadas;

✉ Associações de Imigrantes.

Plano de Acção N° 13

Estimular o sentimento de pertença à comunidade

1. Objectivos gerais

A consciência de pertença a uma comunidade depende do grau de satisfação dos cidadãos em relação aos valores estabelecidos, às tradições locais, à perspectiva de futuro na sociedade onde se inserem, em suma, à sensação de bem-estar que subjectivamente é percebido.

Em regra, o sentimento de pertença e bem-estar dos membros de uma comunidade é influenciado pelo acesso a recursos materiais, o apoio social existente, as possibilidades de utilização do tempo e os recursos pessoais de cada um.

A coesão social favorece o desenvolvimento equilibrado do Município, bem como a promoção da igualdade de oportunidades entre as pessoas. A consciencialização das necessidades dos munícipes pertencentes a grupos sociais mais vulneráveis ou em condições especiais promove o respeito e a igualdade entre os cidadãos. O respeito pelas gerações mais velhas e por todo o saber que transportam, valorizando as tradições em diálogo com a inovação é um caminho de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida.

Verifica-se, também, que cada vez mais a qualidade da sociedade, manifestada na qualidade dos serviços públicos e sociais disponibilizados, é considerada um importante factor de influência na criação e fortalecimento de sentimentos de pertença e bem-estar.

2. Linhas de acção

- Promover o sentimento de bem-estar físico aos cidadãos, em colaboração com a Administração Regional de Saúde, através de:
 - Estabelecimento de programas de sensibilização do cidadão para a criação de hábitos de vida saudáveis, nomeadamente alimentares;
 - Estabelecimento de programas de rastreio de doenças.
- Desenvolver o sentimento de inclusão na vida activa da sociedade, nomeadamente:
 - Promover o acesso à sociedade da informação e do conhecimento através da Formação e Certificação de Competências Básicas em Tecnologias da Informação e Comunicação, tendo em vista o reconhecimento de um conjunto de competências básicas já adquiridas ou facilmente atingíveis;
 - Organizar e promover a participação dos cidadãos, em regime de voluntariado, em programas/projectos/acções relacionados com a divulgação e valorização do património cultural: monumentos (visitas guiadas; divulgação da história), tradições...
 - Envolver as empresas e as associações económicas, sociais e culturais, na execução e acompanhamento do programa de gestão do desenvolvimento sustentável de Idanha-a-Nova;
 - Desafiar as empresas e as associações para se envolverem em iniciativas concretas e adoptarem os princípios da boa governação, que incluem a responsabilização e a abertura;
 - Melhorar o relacionamento e a articulação entre agentes públicos, privados e associativos através de programas estruturados e continuados de informação e formação, formal, não formal e informal.

- Promover e fortalecer o relacionamento entre as pessoas, apostando na cultura e no desporto como formas de lazer, designadamente:
 - Ao nível da cultura:
 - ◆ Promover actividades culturais que envolvam as famílias;
 - ◆ Divulgar a história do concelho e dos concelhos limítrofes, através de percursos ou eventos organizados;
 - ◆ Promover ateliers de introdução às artes, orientados para distintos segmentos da população;
 - ◆ Criar circuitos de transporte a custo simbólico (ou mesmo gratuito) que permitam aos interessados dirigir-se aos locais dos eventos culturais e desportivos;
 - Ao nível do desporto:
 - ◆ Promover a gestão integrada e em rede das infra-estruturas desportivas existentes;
 - ◆ Potenciar a utilização das infra-estruturas desportivas existentes, através de programas de prática desportiva envolvendo as camadas jovens (programa de férias desportivas), bem como de programas de actividade desportiva especificamente orientados para camadas menos jovens;
 - ◆ Incentivar a prática de desporto ao ar livre;
 - ◆ Utilizar os recursos hídricos para a realização de desportos náuticos não poluentes, como a canoagem.
- Valorizar o relacionamento com o Município, com recurso a:
 - Avaliação da qualidade dos serviços públicos, especificamente dos serviços públicos municipais e promover a sua inovação e melhoria contínua (ex: tempos de resposta; simplificação de processos);

- Adopção de uma estratégia interna de comunicação com os munícipes (ex: distribuição regular de informação temática; agenda cultural e desportiva).
- Estimular a solidariedade inter-geracional, através de:
 - Promoção de amplo acesso aos bens culturais por parte dos idosos;
 - Facilitação da acessibilidade dos idosos aos locais públicos;
 - Programas de sensibilização e informação ambiental liderados pelos jovens e vocacionados para a população em geral;
 - Programas de ocupação e lazer da população idosa em conjunto com a população infantil, na realização de viagens recreativas, sessões de leitura, teatro e outras actividades;
 - Realização de actividades que promovam o contacto entre várias gerações fomentando a troca de saberes;
 - Reforço dos centros de noite de apoio a idosos;
 - Realização de programas de activação dos idosos relacionados com os saberes tradicionais, nomeadamente através da transmissão de conhecimento nas artes e ofícios tradicionais, nos produtos agro-alimentares e na gastronomia.
- Promover a solidariedade para com os cidadãos pertencentes a grupos sociais mais vulneráveis ou com necessidades especiais, através de:
 - Adaptação das infra-estruturas e edifícios públicos a deficientes motores;
 - Criação de bolsa de emprego para munícipes deficientes, desempregados de longa duração;
 - Promoção de actividades de integração das comunidades ciganas com a população local, nomeadamente junto dos mais jovens.

- Dinamizar e apoiar a criação de serviços de proximidade, nomeadamente na área do apoio domiciliário a idosos, do desporto e ocupação de tempos livres de crianças e jovens.
- Promover a cooperação entre Instituições Privadas de Solidariedade Social, apoiando a realização de actividades conjuntas, nomeadamente de ocupação de idosos.
- Reforçar o sentimento de pertença junto dos emigrantes, potenciando assim a sua fixação definitiva no concelho.
- Optimizar o funcionamento do Sistema Nacional de Saúde através de:
 - Acções de divulgação e informação dos cidadãos, preferencialmente junto dos mais idosos, acerca do funcionamento do sistema de marcação de consultas por telefone, evitando assim as marcações presenciais e permitindo um melhor atendimento.
- Dinamizar a comunidade na defesa e valorização do património local, material e imaterial (recuperação de património edificado e de tradições ancestrais locais, ligadas ao meio rural e também ao meio urbano; na compilação, inventário e divulgação desse património e na divulgação e perpetuação das tradições locais).
- Promover a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida, de forma a potenciar uma economia baseada no conhecimento (as renovadas exigências de qualificações das empresas), coesa e socialmente inclusiva, nomeadamente, através de:
 - desenvolvimento de oportunidades formais e informais de aprendizagem e de novas formas de aprendizagem;
 - adesão ao Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;
 - programas de educação ambiental, em colaboração com as escolas e associações não governamentais da área do ambiente;

- cursos profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) nomeadamente os ligados às tecnologias de comunicação e informação;
- formação dos trabalhadores empregados nas empresas locais numa óptica de melhoria, reconversão e requalificação contínua, adaptando as competências às transformações empresariais e às necessidades do processo produtivo.

3. Indicadores de desenvolvimento associados

IE N° 05 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção;

IS N° 01 – Despesas do Município em actividades culturais *per capita*;

IS N° 02 – Número de espectadores nas actividades culturais;

IS N° 03 – Prazo médio de resolução dos processos camarários;

IS N° 04 – Participação dos cidadãos em acções de execução da Agenda 21 Local;

IS N° 05 – Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas;

ICI N° 01 – Cursos de formação profissional;

ICI N° 02 – Número de formandos em cursos de formação profissional;

ICI N° 03 – Acções de informação e esclarecimento;

ICI N° 04 – Participação pública em acções de informação e esclarecimento;

ICI N° 05 – Número de visitantes do site oficial do Município.

4. Principais intervenientes

✧ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;

✧ Juntas de freguesia;

- ✎ Escolas e estabelecimentos de ensino superior;
- ✎ Associações culturais e recreativas;
- ✎ Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- ✎ Administração Regional de Saúde;
- ✎ Santas Casas da Misericórdia;
- ✎ Centro de Emprego e Formação Profissional;
- ✎ Associação Naturtejo;
- ✎ Empresários;
- ✎ Centro de saúde.